

O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular

The variation linguistic teaching in the National Curricular Common Base

Aymmée Silveira SANTOS (UFPB)
aymmesst@gmail.com

Raniere Marques de MELO (UFPB)
prof.ranieremarques@gmail.com

Recebido em: 27 de mar. de 2019.

Aceito em: 04 de ago. de 2019.

SANTOS, Aymmée Silveira; MELO, Raniere Marques de. O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 115-132, set-dez/2019.

Resumo: O presente trabalho, centrado em uma perspectiva funcional da língua cujo arcabouço teórico defende a variação, a mudança e a gramaticalização, tem como objetivo central estabelecer reflexões sobre como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata o objeto de conhecimento variação linguística, articulado aos eixos de Análise linguística/semiótica e Oralidade, no ensino fundamental. A partir da descrição e da análise das habilidades voltadas ao ensino da variação linguística, elencadas na BNCC, pretendemos, ainda, identificar em que medida essa proposta de ensino de língua portuguesa se vincula à concepção da linguística funcional norte-americana. Alicerçados no compromisso teórico com a natureza inerentemente social da linguagem, apontaremos as oscilações entre o formal e o funcional no ensino de análise linguística. Para isso, tomamos como *corpus* da pesquisa a versão homologada do referido documento (BRASIL, 2019). O trabalho se fundamenta em aportes da Sociolinguística, com respaldo em estudos realizados por Labov (2008), Tarallo (2005), entre outros autores e, em aportes da Linguística Funcional Norte-americana, dialogando com

autores como Givón (1979), Hopper (1991) e Pezatti (2004). Os resultados, até então obtidos, demonstram que a BNCC aborda a variação linguística à luz de vários aspectos inerentes à concepção da linguística funcional, apontando para o estudo da língua nas diversas situações de uso, tendo o indivíduo como elemento central para as discussões linguísticas. Além disso, percebemos a necessidade de a BNCC relacionar o objeto de conhecimento Variação linguística a atividades de leitura e de escrita, por exemplo.

Palavras-chave: Variação Linguística. Ensino de língua portuguesa. BNCC.

Abstract: The present work, centered in a functional perspective of the language, whose theory defends the variation, the modification and the grammaticalization, has as central objective to establish reflections on how the 'Base Nacional Comum Curricular - BNCC' (National Curricular Common Base - NCCB) treats the object of knowledge, linguistic variation, articulated to linguistic/semiotic analysis, in elementary school. Based on the description and analysis of the abilities directed to the linguistic variation teaching, listed in the Base, we also intend to identify how this proposal of Portuguese language teaching is linked to the conception of North American functional linguistic. Sustained in the theoretical commitment to the inherently social nature of the language, we will point out the oscillations between the formal and the functional in the teaching of linguistic analysis. For this, we took as *corpus* of research the homologated version of the BNCC. The work is based on Sociolinguistic contributions, supported by studies carried out by Labov (2008), Tarallo (2005), among other authors, also in contributions of North American functional linguistic, dialoguing with authors such as Givón (1979) Hopper (1991) and Pezatti (2004). The results obtained so far demonstrate that the BNCC approaches the linguistic variation according to several aspects inherent to the functional linguistics conception, pointing to the language study in the various situations of use, with the individual as the central element for the linguistic discussions. In addition, we realized the need for the BNCC to relate the knowledge object Linguistic variation to reading and writing activities, for example.

Keywords: Linguistic Variation. Portuguese language teaching. BNCC.

Introdução

É consensual, para os sociolinguistas, que a natureza da linguagem é social e, assim sendo, a língua é sensível às pressões de uso, por isso é passível de variação e de mudança. Esta não pode ser concebida como um todo homogêneo. É esse fator social atrelado à cultura, à história e à espacialização, tanto sincrônica quanto diacronicamente, que garante muitas variedades dialetais na Língua Portuguesa, no Brasil, por exemplo. Essa visão de língua polissistêmica (BAGNO, 2012) parece ser contemplada nos documentos oficiais da educação brasileira desde 1997, quando o Ministério da Educação publicou os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, como uma medida de ressignificação do ensino de língua portuguesa no Brasil.

Sobre essas propostas iniciais do governo, que vislumbravam a renovação do ensino da língua materna, há muitos estudos de incursão teórica sociolinguística, publicados no Brasil, que refletem sobre a

importância do ensino desse eixo na escola, a exemplo dos trabalhos de BORTONI-RICARDO (2004, 2005). Tais propostas, em geral, mantêm uma dada uniformidade: esses documentos têm o fito de não só formar professores, mas também alunos capazes de refletir sobre a língua em uso, apartando-se das práticas de preconceito linguístico e de um ensino centrado na Gramática Tradicional. A partir desse desdobramento histórico, acerca da inovação do currículo de língua portuguesa, entendemos que a escola parece funcionar como uma instituição responsável por promover essas reflexões sobre a dinamicidade da língua, bem como fomentar atividades que possibilitem ao discente o contato com as variedades linguísticas, a fim de expandir sua competência comunicativa.

Essa mudança na concepção do ensino de português também se delinea na BNCC. Grosso modo, essa base, tal como postulada em seu conjunto de competências e de habilidades, suscita, quanto ao tratamento da língua, uma reeducação sociolinguística que retira o foco das noções de “erro x acerto” e apresenta “caminhos” para a construção de um currículo com indícios de investigação da variação linguística e seus impactos sociais, conforme mostraremos adiante. Diante desse vislumbre de uma política de redefinição curricular, nosso foco de interesse se volta, de forma mais genérica, ao lugar — relevância e primazia — que a Sociolinguística tem, na interface do ensino, nesse documento normativo.

Para tanto, este trabalho, centrado em uma perspectiva funcional da língua, cujo arcabouço teórico defende a variação, a mudança e a gramaticalização, tem como objetivo central estabelecer reflexões sobre como a BNCC trata o objeto de conhecimento **variação linguística**, articulado à análise linguística/semiótica, no ensino fundamental. A partir da descrição e da análise das habilidades voltadas ao ensino da variação linguística, elencadas na Base, pretendemos, de forma específica, a partir do que está dado, (a) investigar em que medida essa proposta de currículo para o ensino de língua portuguesa se vincula à concepção da linguística funcional norte-americana e, em segundo lugar, (b) verificar se há indícios de uma proposta de reeducação sociolinguística.

Para isso, tomamos como *corpus* da pesquisa a versão homologada da BNCC, a parte específica voltada ao componente língua portuguesa no ensino fundamental. O trabalho se fundamenta em aportes da Sociolinguística, com respaldo em estudos realizados por Labov (2008), Tarallo (2005), entre outros autores e, em aportes da Linguística Funcional Norte-americana, dialogando com autores como Givón (1979), Hopper (1991) e Pezatti (2004).

Além desta introdução, três partes organizam este trabalho: uma seção metodológica que contextualiza o documento a partir da descrição e da base legal; a segunda, que expõe, brevemente, uma reflexão sobre as contribuições da Sociolinguística Variacionista e da Linguística Funcional norte-americana; e a última, a análise dos excertos do referido documento quanto aos objetivos elencados.

Apontamentos metodológicos

Esta seção busca conduzir melhor o leitor quanto à descrição do nosso *corpus* de pesquisa, a BNCC. Apresentaremos, de modo condensando, nestas duas subseções, a descrição do documento em estudo, bem como sua base na legislação educacional; no segundo momento, caracterizaremos o tipo de pesquisa.

Descrição do corpus

A BNCC é um documento de caráter normativo que funciona como referência obrigatória para construção dos currículos escolares das redes de ensino e de suas instituições. É fruto de debates e de várias consultas públicas no Brasil e tem como objetivo definir o conjunto de *aprendizagens essenciais* aos alunos da educação básica. Com direcionamento restrito à educação escolar, esse documento surge da exigência estabelecida pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.934/96), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e pelo Programa Nacional de Educação (2014).

Caracterização da pesquisa

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, de base interpretativista, do tipo documental. Segundo Bortoni-Ricardo (2008, p. 34), a pesquisa qualitativa “[...] procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto.”; assume-se, assim, um caráter de interpretação de um fenômeno com enfoque nos seus entornos.

Para Severino (2007, p. 122-123), o tipo de pesquisa documental possui “[...] como fonte documentos no sentido mais amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.”. Nesse caso, é a BNCC o documento legal, legitimado pelo

Ministério da Educação, e, portanto, um texto institucionalizado. Por essa razão, esse *corpus* escolhido assume o caráter documental.

Convém reiterar que a pesquisa documental, como afirmamos, vale-se de toda sorte de documentos, elaborados para fins diversos. Atualmente, em virtude dos mais variados recursos tecnológicos, o acesso aos documentos é mais oportunizado, podendo ser disponibilizado em diferentes plataformas, inclusive nas governamentais.

A Sociolinguística Variacionista: um breve panorama teórico-metodológico

A Sociolinguística, desenvolvida nos Estados Unidos, na década de 1960, surgiu como uma espécie de reação às correntes formalistas¹ dos estudos linguísticos, a exemplo do Gerativismo que, entre outros aspectos, baseia-se na noção de *falante-ouvinte ideal*, ao considerar que a competência linguística é inata aos indivíduos, sem quaisquer intervenções do meio e de cunho fisiológico.

Um dos principais expoentes, William Labov, contribuiu para que fosse elaborado o modelo teórico-metodológico conhecido como *Sociolinguística laboviana*, também chamado de *Sociolinguística Variacionista* ou, ainda, *Sociolinguística quantitativa*. Labov (2008 [1972]) propõe como imprescindível aos estudos linguísticos a presença do componente social e, nesse sentido, rompe com a visão de comunidade de fala homogênea, definindo a existência de uma variação inerente à comunidade de fala, já que um mesmo falante pode se expressar de maneiras distintas, ao levar em conta as diferentes situações de comunicação, além do fato de que não há dois falantes que se expressem exatamente do mesmo modo. Portanto, a língua deixa de ser concebida como um sistema de regras categóricas e invariantes, passando a ser entendida como um sistema que contém não apenas regras categóricas, como também regras variáveis, comportando os elementos internos da língua e os elementos externos a ela.

Segundo Martelotta (2011, p. 46), a variação é um mecanismo essencial das línguas, em que formas distintas apresentam significado equivalente ou mesma função em uma mesma comunidade de fala, no

¹ É importante ressaltar as contribuições trazidas pelas correntes formalistas aos estudos linguísticos, uma vez que a corrente estruturalista de Ferdinand de Saussure elevou a linguística enquanto ciência, com objeto e métodos definidos e a corrente gerativista de Noam Chomsky desenvolveu a noção de gramática universal, com regras descritas a partir do que era aceito gramaticalmente nas diversas línguas.

nível do vocábulo, da morfossintaxe, e/ou fonético-fonológico, podendo coexistir durante muito tempo ou apresentarem um estágio de mutação, em que uma das formas tende a desaparecer, dando lugar a uma forma mais nova que irá ocupar, progressivamente, os lugares da forma antiga, ocorrendo, portanto, o fenômeno denominado de mudança. Assim, o sociolinguista pode mapear possíveis influências de natureza linguística e extralinguística sobre o emprego variável das formas, investigando o grau de estabilidade ou mutabilidade da variação.

Ainda no que diz respeito aos estudos sobre variação linguística, torna-se oportuno ressaltar a distinção entre os termos *variável* e *variante*, em que aquela se refere a um aspecto ou categoria da língua que se encontra em variação, a exemplo do uso da primeira pessoa do plural no português brasileiro, enquanto que esta corresponde às formas individuais que “disputam” em uma variável, como as formas pronominais *nós* e *a gente* (LABOV, 2008). As formas variantes costumam receber valores sociais distintos, podendo ser consideradas variantes padrão aquelas que pertencem às variedades² cultas da língua, ou podendo ser consideradas variantes não padrão, entendidas como aquelas que se distanciam das variedades cultas da língua. Destaca-se, nessa conjuntura, a existência de regras que regem a variação linguística, dado que ela não acontece de maneira aleatória. Há fatores internos da língua e externos a ela que regulam a escolha do indivíduo entre uma ou outra variante, sendo os primeiros chamados de condicionadores linguísticos (ou internos) e os segundos chamados de condicionadores extralinguísticos (ou externos) (TARALLO, 2005, p. 36).

Para explicar o funcionamento dos condicionadores na escolha do indivíduo entre uma ou outra variante, Tarallo (2005) apresenta os níveis linguísticos de variação, quais sejam, variação fonológica, variação morfológica e variação sintática. Acrescentamos, também, a variação lexical, que é menos sistematizada por estar relacionada apenas a fatores extralinguísticos (etnográficos e históricos), enquanto que os demais estão ligados a fatores linguísticos e extralinguísticos.

O campo da variação fonológica foi o primeiro e mais estudado nas pesquisas sociolinguísticas, por serem mais evidentes e mais fáceis de descrever, já que os fonemas são unidades mínimas distintivas, não dotadas de significação (CALVET, 2002). A queda do /r/ em determinados contextos, por exemplo, pode ser condicionada por fatores diversos. Monaretto (2002), em pesquisa realizada, identificou um padrão de fala

² Dá-se o nome de variedade à fala característica de um determinado grupo.

em determinadas regiões, onde os falantes tendem a não pronunciar o /r/ de modo acentuado em verbos no infinitivo, como em *andá* (ao invés de *andar*). Esse acontecimento é condicionado por fatores de natureza morfológica, uma vez que, em substantivos, o apagamento do /r/ ocorria de modo pouco frequente, como em *revolve* (ao invés de *revólver*).

Com relação à variação morfológica, elencamos os casos em que os falantes utilizam o *tu* e o *você* como pronomes de 2ª pessoa do singular, duas formas que convivem. Um condicionador linguístico que leva os falantes a escolher uma dessas duas formas é o fato de que o *você* tende a ser mais utilizado de modo genérico, para se referir não apenas ao interlocutor, mas a qualquer pessoa, enquanto que o *tu* é usado com valor mais específico. Como um dos condicionadores extralinguísticos, podemos indicar o grau de intimidade entre os interlocutores e o grau de formalidade da situação comunicativa, visto que o *tu* é considerado mais informal e associado a maior grau de intimidade quando comparado ao *você*.

No que diz respeito à variação sintática, Tarallo (2005, p. 55) apresenta um estudo sobre a variação das relativas em que demonstra a possibilidade de usos em que há a presença da relativa cortadora, como em *O filme que me referi é muito bom* (ao invés de *O filme a que me referi é muito bom*) e usos da relativa com pronome lembrete como *O filme que me referi a ele é muito bom*. Para o autor, o uso destas variáveis está condicionado, principalmente, a fatores externos, pois a relativa cortadora está sendo utilizada na linguagem espontânea de modo frequente, substituindo a relativa padrão. Por sua vez, a relativa com pronome lembrete demonstra ser geralmente usada por falantes menos escolarizados, sofrendo estigma na sociedade.

Quanto à variação lexical, na utilização de vocábulos distintos com um mesmo significado, geralmente são evidenciados como condicionadores a variação regional ou diatópica, isto é, em determinadas regiões os falantes utilizam, por exemplo, *abóbora* e em outras regiões *jerimum* para se referir ao mesmo legume. No entanto, vale ressaltar que a variação estilística ou diafásica, ou seja, as situações de uso de acordo com o grau de formalidade também funcionam como condicionantes. Exemplo disto é o uso de *coisa* (mais formal) e *troço* (menos formal) para se referir a algo.

Conforme assevera Labov (2008), os níveis extralinguísticos de variação são a variação regional, geográfica ou diatópica, a variação estilística ou diafásica, já mencionadas e a variação social ou diastrática. Ilari e Basso (2006) acrescentam a variação na fala e na escrita, também chamada de diamésica. A variação diatópica diz respeito às marcas linguísticas que

caracterizam a fala de uma região em relação à de outra. Nesse contexto, encontram-se os itens lexicais particulares a determinadas regiões, entonações e traços fonológicos, considerando que os falantes possuem dialetos distintos de uma mesma língua, conforme localidade geográfica (entre dois países, estados de uma mesma região, cidades de um mesmo estado, bairros de uma mesma cidade, ou entre zonas urbana e rural). Um exemplo de variação diatópica é a pronúncia das vogais pretônicas /e/ e /o/, como em *escola* e *moreno*, pronunciadas abertas na Região Nordeste e pronunciadas fechadas na Região Sudeste do país.

Na variação diafásica, passa-se a levar em conta os papéis sociais que desempenhamos nas situações comunicativas, pois usamos diferentes formas linguísticas para falarmos com alguém da família e com o chefe do trabalho, por exemplo. Além do interlocutor, consideramos as esferas sociais, como igreja, casa, escola, etc., para fazermos o uso de uma linguagem mais formal, isto é, mais monitorada, ou mais informal, ou seja, menos monitorada. Tal variação é evidenciada quando tendemos a fazer a concordância nominal em situações comunicativas que exigem um uso mais monitorado da língua.

Quanto à variação diastrática, Fernández (1998) explicita uma série de variáveis sociais que condicionam a variação linguística, sendo elas o grau de escolaridade, através do qual se supõe que falantes altamente escolarizados dificilmente irão produzir formas típicas de falantes não escolarizados, como *nós vai* ou *a gente vamos*; a variável sexo/gênero, que, como demonstraram alguns estudos, pressupõe que as mulheres tendem a ser mais conservadoras que os homens na escolha das formas linguísticas, embora, atualmente, esta variável venha se tornando cada vez mais irrelevante, devido aos avanços advindos de movimentos sobre igualdade sexual e de gênero; a variável idade, através da qual os adultos demonstram fazer uso de formas linguísticas mais antigas, enquanto os jovens fazem uso de formas mais novas; além de outras variáveis, como profissão, renda, entre outras.

Na variável idade, estão inseridas a noção de tempo aparente e a noção de tempo real. O tempo aparente ocorre quando é pesquisada a produção verbal de falantes de diferentes faixas etárias para se observar as diferenças entre faixas etárias de jovens e idosos, por exemplo, enquanto que o tempo real é um estudo em que são coletados dados de outros períodos históricos, comparando-se, por exemplo, textos escritos de diferentes décadas para verificar a implementação do uso de um fenômeno linguístico (MARTELOTTA, 2011, p. 49).

Por fim, a variação diamésica está relacionada à fala e à escrita. De modo geral, a fala é concebida como uma atividade espontânea e suscetível à variação, exceto em casos em que a produção oral exige um planejamento, como em palestras e seminários. Diferentemente, a escrita é tida como uma atividade artificial (não espontânea), em que planejamos, revisamos e reformulamos o texto durante a produção de gêneros, sendo, portanto, menos variável e mais monitorada. Tais aspectos nos levam a estudar comparativamente dados orais e escritos, de modo a identificar a presença de determinadas formas linguísticas, colaborando com a percepção geral de que nos dados orais serão encontradas formas linguísticas menos cultas em detrimento das formas encontradas nos dados escritos.

O diálogo entre as abordagens da Sociolinguística Variacionista e da Linguística Funcional e suas contribuições

Com base nos pressupostos elencados sobre a sociolinguística variacionista, é perceptível o vínculo existente entre esta abordagem teórico-metodológica e a abordagem desenvolvida na vertente da linguística funcional norte-americana, cuja preocupação é compreender e descrever as alterações formais e funcionais das entidades linguísticas.

Os estudos funcionalistas asseveram que, por estar constantemente em uso, a natureza da língua é heterogênea, tal como destaca Givón (1979), sendo constituída de variações, que convivem num mesmo espaço de tempo e de mudanças, manifestadas na evolução histórica. Dessa maneira, diferentemente do que defendiam os estruturalistas, não haveria estabilidade em uma língua, uma vez que ela está sempre sofrendo alterações.

Conforme destaca Pezatti (2004), o paradigma funcional, ao conceber a linguagem como instrumento de comunicação e interação social, tem como objeto de estudo o seu uso real. Vemos, assim, que o uso das expressões linguísticas na interação verbal é fundamental aos estudos do funcionalismo, pois é nela que se estabelecem as relações comunicativas entre os sujeitos, sendo resultado dos seus propósitos e intenções no momento da enunciação.

A sociolinguística variacionista e a linguística funcional são, portanto, dois modelos de análise que definem a língua como heterogênea, relativamente estável e essencialmente social. Em se tratando da premissa da sociolinguística de que nem toda variabilidade

e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade (WEINREICH; LABOV; HERZOG [1968] 2008), atribui-se a noção de pancronia às perspectivas da sociolinguística e do funcionalismo, tendo em vista que em ambas reconhece-se que forças correlativas às mudanças ao longo da história afetam significativamente o estágio atual da língua, levando ao equilíbrio do sistema linguístico decorrente da competição entre forças externas, sociais, e restrições impostas pelo sistema (forças internas), dando à língua uma organização estável, mas dinâmica, passível de mudança.

Nesse viés, a ancoragem da mudança nos usos da linguagem trouxe os sociolinguistas variacionistas para o campo do funcionalismo, uma vez que os princípios da gramaticalização, oriundos de estudos funcionalistas, conceituado como o processo de mudança através do qual, ao longo do tempo, “[...] itens e construções lexicais passam, em certos contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.” (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003, p. 15), vêm sendo utilizados como subsídio às pesquisas variacionistas, assim como a análise do processo de gramaticalização também pode ser aprimorada com informações provenientes de análises variacionistas³.

Essa perspectiva denominada de *interface variação-gramaticalização*, sob o ponto de vista funcionalista, atesta, de acordo com Tagliamonte e D’Arcy (2009, p. 03), que, em muitos casos, a variação sincrônica é resultado de processos de gramaticalização desenvolvidos ao longo do tempo e, assim, as variantes possuem diferentes fontes lexicais e diferentes histórias na língua. Logo, os estudos sobre gramaticalização contribuem significativamente para que se possa compreender o processo de como e quando surgiu cada variante componente de uma variável linguística, uma vez que as mudanças das formas, passando a desempenhar mesma função gramatical, tornam-se formas variantes. Além disso, a gramaticalização favorece a elaboração de hipóteses diacrônicas que descrevem padrões sincrônicos de diferenciação linguística e extralinguística de formas variantes.

³ A submissão de dados aos procedimentos estatísticos adotados pela sociolinguística variacionista, com a identificação de alterações em padrões de distribuição linguística e extralinguística das formas variantes, sob o viés diacrônico ou entre gerações de falantes, é um dos exemplos em que se vê a contribuição desta sociolinguística para o estudo da gramaticalização, pois caso estas alterações estejam passando por uma expansão de contextos de uso, poderá indicar progressos na gramaticalização de dadas formas.

Outro aspecto relevante verificado por Tagliamonte (2003) no que concerne ao processo de gramaticalização nos estudos de variação linguística aponta para a relevância do princípio de *estratificação*, proposto por Hopper (1991). Esse princípio é resultado do processo sincrônico de gramaticalização de “camadas” entendidas como formas linguísticas distintas que contribuem para o mesmo domínio, como é o caso das conjunções comparativas *como*, *tal como*, *como se*, entre outras, utilizadas pelos falantes do português brasileiro. Sendo assim, a variabilidade na gramática ocasionada pela gramaticalização reflete as camadas variáveis da gramaticalização representadas por diferentes formas (TAGLIAMONTE, 2003, p. 14). Consequentemente, a variação linguística, que implica a existência de formas variantes para a expressão de mesmo significado ou mesma função, torna-se correlata do conceito de estratificação, haja vista que as formas variantes de nível gramatical podem equivaler a diferentes camadas integrantes de um mesmo domínio funcional e o domínio funcional torna-se correlato do conceito de variável linguística.

Entretanto, cabe salientar que nem sempre a variação vai corresponder à estratificação das formas em um domínio funcional. Hopper (1991, p. 23) elucida que as formas que fazem parte de um mesmo domínio funcional se enquadram a “funções similares ou mesmo idênticas”. Diferentemente, para ser considerada variante, a sociolinguística define que a forma deve ter a mesma função e não apenas função similar. Deste modo, são excluídos dos estudos sociolinguísticos os dados em que não ocorre equivalência funcional entre as formas variantes e a consequente impossibilidade de seu emprego em contextos diferentes.

Como solução para este fato, Tagliamonte e Smith (2006, p. 352) defendem que haja uma correspondência forma/função estrita para que seja possível tomarmos as camadas de determinado domínio funcional como formas variantes de uma variável linguística. Em outras palavras, deve-se considerar apenas o agrupamento de formas variantes de função idêntica, as chamadas variáveis linguísticas estritas.

Outro princípio proposto por Hopper (1991) para estudar a gramaticalização, denominado *persistência*, coopera nos estudos da variação linguística. Segundo o pesquisador, ele ocorre quando uma forma sofre gramaticalização, passando de lexical a gramatical, mas alguns traços de seu sentido original tendem a permanecer ativos, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no condicionamento da

sua distribuição gramatical. Na nova função adquirida, a gramatical, a permanência de traços de sua função original reflete no sentido gramatical da forma, podendo, por exemplo, a forma assumir várias posições na sentença, havendo, portanto, uma flutuação estrutural. Como exemplo desse princípio, o item *então* com função conclusiva sofre flutuação, já que pode ser utilizado tanto ao final de uma sentença, quanto em seu início, sem alterar o seu sentido. Nessa perspectiva, os detalhes da história de um item podem refletir na forma de restrições linguísticas a seu uso variável, mesmo assumindo significados gramaticais que se afastam de seu sentido original.

A variação linguística na BNCC: uma questão política para o ensino de língua portuguesa no Brasil

Esta seção analítica se estrutura em função dos nossos objetivos e do nosso objeto de reflexão, o ensino da variação linguística na BNCC do ensino fundamental. Para tanto, faremos uma análise de dois excertos do *corpus* escolhido para este estudo, levando em consideração o domínio teórico exposto na seção anterior.

Cabe-nos, inicialmente, apontar, no que tange ao componente língua portuguesa, no ensino fundamental, que a proposta de currículo que se postula é a de não centralidade do ensino de gramática normativa na escola; em contrapartida, mantém-se o desafio do ensino da leitura e da escrita, a partir das práticas dos multiletramentos atravessadas pelos vários eixos de ensino e pelos diferentes campos de atuação. Essa promoção dos letramentos é uma tentativa de fazer com que o aluno, enquanto usuário da língua, tenha competência e habilidades para refletir sobre o uso linguístico para além das regras, tornando-o, assim, um sujeito crítico e reflexivo na sociedade. Depreende-se o deslocamento da tradição gramatical prescritiva como ponto nevrálgico, fixada em apenas homogeneizar normas do “bem falar e escrever”; em troca disso, tem-se a valorização da experiência do aluno, a partir das práticas sociais que o cercam, em diferentes eixos, como a oralidade e a escrita, por exemplo. Sob essa proposta de ensino de português, a oralidade ganha realce como um eixo de ensino produtivo, a fim de que os discentes analisem a força expressiva da comunicação oral cotidiana em diferentes gêneros, suportes ou eventos, bem como investiguem como se dá a variação na língua. Encontra-se, nesse caso, a possibilidade de reconhecimento de formas específicas de organização tanto da escrita

quanto da oralidade, em função dos seus efeitos de sentido no social. Nesse mesmo entendimento, o fato de assegurar o tratamento com “as várias linguagens” dá-nos indícios de que o trabalho com a variação linguística terá lugar privilegiado nesse documento normativo.

Ainda sobre o eixo Oralidade, no excerto 1, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 79–80) agrupa as práticas de linguagem que se realizam em práticas sociais orais, com ou sem contato face a face. Nesse sentido, o tratamento destinado a essas práticas orais compreende as habilidades⁴, abaixo relacionadas.

Quadro 1 – Excerto 1 da BNCC

EIXO ORALIDADE	
Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana	<ul style="list-style-type: none"> · Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multisssemiose. · Conhecer e refletir sobre as tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.
Relação entre fala e escrita	<ul style="list-style-type: none"> · Estabelecer relação entre fala e escrita, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão. · Oralizar o texto escrito, considerando-se as situações sociais em que tal tipo de atividade acontece, seus elementos paralinguísticos e cinésicos, dentre outros. · Refletir sobre as variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto.

Fonte: Brasil, 2017

Diante desse quadro de habilidades, selecionamos apenas aquelas que se referem ao tratamento da variação linguística. Esses dois blocos selecionados não tratam, por exemplo, das habilidades de compreensão e de produção de textos orais, mas sim das “condições de produção de textos orais” e a “relação entre fala e escrita”. Optamos

⁴ É necessário destacar que grande parte das habilidades apresentadas nos eixos Leitura e Produção de texto também se direciona ao eixo Oralidade.

aqui, a partir de nossos grifos, promover uma discussão sobre como, nessa parte comum do currículo, a variação linguística é tratada no ensino fundamental. Saliente-se, assim, que essas habilidades, em geral, visam promover uma aprendizagem que considera “os contextos” e “as situações sociais” presentes tanto em atividades de produção de textos, quanto em eventos de oralidade. Sob essa lógica, “refletir” e “conhecer” os contextos de produção, os gêneros e os efeitos de sentido gerados nas práticas sociais referem-se às capacidades de reflexão sobre textos produzidos pelo próprio aluno ou não. Como se percebe, o trabalho com o texto e com o gênero é o ponto nevrálgico para que os aprendentes percebam as “diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos” e desenvolvam, a partir disso, uma reflexão sistemática sobre a interface oralidade/escrita, bem como ampliem seus conhecimentos e habilidades de como agir nessas práticas.

A relação entre fala e escrita, por sua vez, está vinculada a habilidades distintas — (1) *estabelecer relação entre fala e escrita*, (2) *oralizar o texto escrito* e (3) *refletir sobre as variedades linguísticas*. O aspecto central desse conjunto é fazer com que o aluno seja um investigador das relações entre os gêneros da oralidade e da escrita; mais do que isso, que ele estabeleça associações de “semelhanças” e de “diferenças” entre os modos de falar em um debate, seminário, palestra, etc. e de textualizar o escrito. Esse trabalho de comparar, tal como defende Marcuschi (2008, p. 191), não deve ser minimalista, mas capaz de gerar a compreensão de que tais modalidades são parte do mesmo sistema da língua, que “[...]podem ter peculiaridades com diferenças bem acentuadas.”. Nesse entendimento, o trabalho com variação linguística, por meio da oralidade, volta-se à superação do preconceito, à neutralização dos estigmas, uma vez que o discente, a partir de atividades de retextualização (como descrita em 2), adequando-se às situações e aos contextos, reflete sobre os níveis de formalidade no uso da língua, por exemplo.

O trabalho com o eixo Oralidade, a partir dessas habilidades, espelha o paradigma funcional da linguagem, não só porque o falante é conduzido, em 3, a refletir sobre a língua em uso, mas sobretudo, a entendê-la como uma estrutura viva e maleável, suscetível a pressões. Essas habilidades estão cotejadas, em sua natureza, a posicionamentos funcionalistas, uma vez que pressupõem o discurso individual como fator que altera/transforma o sistema linguístico. Grosso modo, a principal contribuição pedagógica em trabalhar esses eixos em sala de aula é a de desenvolver, de forma satisfatória e produtiva, a competência

linguística oral dos alunos, com o fito de que esta sirva de alicerce à aquisição e ao aprimoramento de sua competência escritora.

Na sequência, transcrevemos da BNCC (BRASIL, 2017, p. 160-161) um excerto referente ao ensino de Língua Portuguesa, do 6º ao 9º ano.

Excerto 2:

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. (EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

Fonte: Brasil, 2017

Ao estabelecer o *uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais deve ser usada*, a BNCC propõe ao professor orientar o aluno quanto às adequações dos usos linguísticos conforme as situações sociocomunicativas. Esta proposta retoma os níveis extralinguísticos de variação explicitados por Labov (2008), já que o uso das diferentes formas linguísticas pode ser definido de acordo com os papéis sociais que desempenhamos nas situações comunicativas (variação diafásica). Assim, o docente deve nortear o aluno quanto à relevância do emissor/receptor do texto no que se refere ao uso mais formal ou menos formal da língua. Este excerto também permite que o professor demonstre para o aluno que nem sempre os textos orais serão concebidos como uma atividade espontânea, podendo exigir um planejamento, através, por exemplo, da organização e apresentação de seminários. Esta variação na fala e na escrita é denominada por Ilari e Basso (2006) de variação diamésica. Por fim, o excerto 3 faz menção ao fato de que quanto mais alto for o grau de escolaridade dos alunos, mais se espera que estes dificilmente produzam formas linguísticas típicas de falantes não escolarizados, tendo em vista a variação diastrática elucidada por Fernández (1998).

Desse modo, durante todo o nível fundamental, a proposta é de que o ensino desse objeto de conhecimento, presente no eixo Análise Linguística/semiótica, não negue o sistema de normas e de regras da norma-padrão, mas fomente, a partir dele, uma percepção crítica, parcial

e reflexiva sobre a tentativa de homogeneização linguística do Brasil. É obvio que, se concretizado tal como se projeta, esse trabalho implicará ações para que o aprendiz tome consciência da escala valorativa atribuída aos sotaques, aos usos orais e, a partir disso, perceba que as variedades linguísticas funcionam como um instrumento de ridicularizar, de reprimir, de discriminar e de promover o outro. Por fim, esse uso “consciente” e “reflexivo” implica inserir esses alunos em práticas de multiletramentos nos diversos campos de atuação, tornando-os leitores e escritores críticos.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo central estabelecer reflexões sobre como a BNCC trata o objeto de conhecimento **variação linguística**, articulado à análise linguística/semiótica, no ensino fundamental. À guisa dessas reflexões sobre como a BNCC trata o objeto de conhecimento Variação Linguística, percebemos que essa abordagem é garantida especificamente por meio das práticas de linguagens e do trabalho que se propõe com os eixos de Análise Linguística/semiótica e de Oralidade; mas, de fato, tal objeto de conhecimento atravessa todos os eixos. Mesmo que não estejam marcadamente correlacionadas a outros eixos, as habilidades elencadas para esse objeto podem estar relacionadas às atividades de leitura e de escrita, por exemplo. Cabe, então, ao professor e à escola terem essa percepção crítica de que o trabalho com a Variação não pode ser fronteira, enquadrado a dois únicos eixos, pois cairíamos, mais uma vez, na ordem de velhos problemas referentes ao ensino de língua portuguesa.

Consideremos, nessa perspectiva, que a BNCC exige dos professores de língua portuguesa uma leitura crítica e reflexiva, a fim de que estes sejam capazes de garantir um redimensionamento do referido objeto de conhecimento em sala de aula, com vistas a melhoria do ensino do país, no que se refere à formação de alunos capazes de refletir sobre a língua em uso. Para as instituições de formação de professores cabe, agora, apontar junto àqueles em formação reflexões sobre possíveis ações docentes que viabilizem a materialização e operacionalização das competências e habilidades da Base. Para além disso, são essas mesmas instituições oficiais e acadêmicas que devem orientar esse professor em formação, sobretudo, quanto à formação da parte específica do currículo escolar. Disso, talvez, resulte uma tentativa de mitigar possíveis lacunas.

Por fim, as análises nos mostraram, ainda que embrionariamente, que o papel do professor e de sua prática docente são essenciais para romper velhos paradigmas referentes à tradição gramatical e ressignificar o ensino de língua. Essa inovação no ensino de português se dá na direção de superar a proposta do “purismo linguístico” e levar para o cerne escolar, para o seu projeto político pedagógico, propostas pedagógicas, atividades e ações que valorizem a diversidade linguística. Sendo assim, uma nova política de ensino da língua portuguesa que contemple a reeducação sociolinguística tanto no currículo, quanto na formação docente.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/cf.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: MEC/SEB,2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 12 jan.2019.

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na escola**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

FERNÁNDEZ, F. M. **Principios de Sociolingüística y Sociología del Lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. Vol.I: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.

HOPPER, P.; TRAUOGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambrigde: Cambrige University Press, 2003.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos e a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MONARETTO, V. A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TAGLIAMONTE, S. A. Comparative Sociolinguistics. In: CHAMBERS, J. K. TRUDGILL, P.; SHILLING-ESTES, N. (orgs.). **The handbook of language variation and change**. Cambridge: Blackwell, 2003.

TAGLIAMONTE, S. A.; D'ARCY, A. **Peaks Beyond Phonology**: adolescence, incrementation and language change. *Language*, v. 85, n.1, 2009.

TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, J. **Layering, competition and a twist of fate**: deontic modality in dialects of english. *Diachronica*, v. 23, n. 2, 2006.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2005.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1968].